

## REQUERIMENTO

### **Investimentos na educação**

Em Março passado, no decorrer da campanha eleitoral para a Assembleia da República, surgiram notícias sobre eventuais cortes que o Governo Regional se preparava para fazer no Plano de investimentos dos Açores.

Segundo foi dito na ocasião, esses cortes orçamentais seriam decididos em reunião do Governo, agendada para dia 23 de Março.

O Governo Regional apressou-se a esclarecer que a reunião estava agendada, “mas para reafectar fundos e distribuir melhor os investimentos, reforçando mesmo algumas áreas, como será, certamente, o caso da educação”.

O presidente do Partido Socialista e do Governo Regional, num comício realizado em S. Miguel, também confirmou o objectivo da dita reunião.

Considerando que até ao momento não foi dada qualquer nota pública de reforço das verbas destinadas à educação, designadamente às construções escolares;

Considerando que há empreendimentos neste domínio cujo arranque continua adiado, apesar das sucessivas promessas para o seu início terem dois, três, quatro e cinco anos;

Considerando ainda que o Governo Regional, por intermédio do secretário regional da Educação e Cultura, já revelou publicamente que não vai cumprir todos os compromissos previstos no Plano de Médio Prazo na área da construção de novas escolas;

Considerando, finalmente, que o Presidente do Governo Regional em declarações públicas, proferidas no dia 2 de Junho último, revelou “não haver crise nas finanças públicas” regionais.

Assim, ao abrigo do disposto no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata requerem ao Governo Regional as seguintes informações:

1 – O Governo Regional já procedeu à reafecção de fundos e melhor distribuição dos investimentos, reforçando as verbas do sector da educação?

2 – Em caso de resposta negativa, prevê o Governo Regional que esse reforço possa ser feito ainda no corrente ano?

3 – Ou, pelo contrário, vai o Governo Regional proceder a cortes orçamentais, também no sector da educação, no âmbito da revisão do Plano de Médio Prazo?

4 – Em qualquer das circunstâncias quais as obras que serão beneficiadas ou prejudicadas? E que critérios foram considerados na decisão?

Ponta Delgada, 05 de Julho de 2002

Os Deputados  
José Manuel Bolieiro  
Joaquim Machado